

Funcionamento precário

Márcia Neri

O Museu da República, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer que integra o recém-inaugurado Complexo Cultural da República, não oferece segurança aos visitantes e acessibilidade aos idosos ou portadores de deficiência física. O mais novo espaço dedicado à cultura em Brasília abriu as portas em dezembro de 2006, mas até hoje não tem alvará de funcionamento e carta de habite-se. A constatação é da Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (Prodide), que realizou uma vistoria no local com representantes do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Subsecretaria de Fiscalização e constatou que o Complexo precisa se adaptar a normas de acessibilidade e segurança.

De acordo com a Prodide, os laudos elaborados após a vistoria indicam que o museu funciona precariamente. Não há projeto de incêndio aprovado, as rotas de fuga são precárias, pois não há saídas alternativas de emergência nem sinalização de orientação e salvamento. O local também é um péssimo exemplo de transgressão às normas de acessibilidade. No estacionamento, não existem vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais e as guias das calçadas não são rebaixadas para facilitar a locomoção dos cadeirantes. As rampas externas de acesso ao museu são muito íngremes e

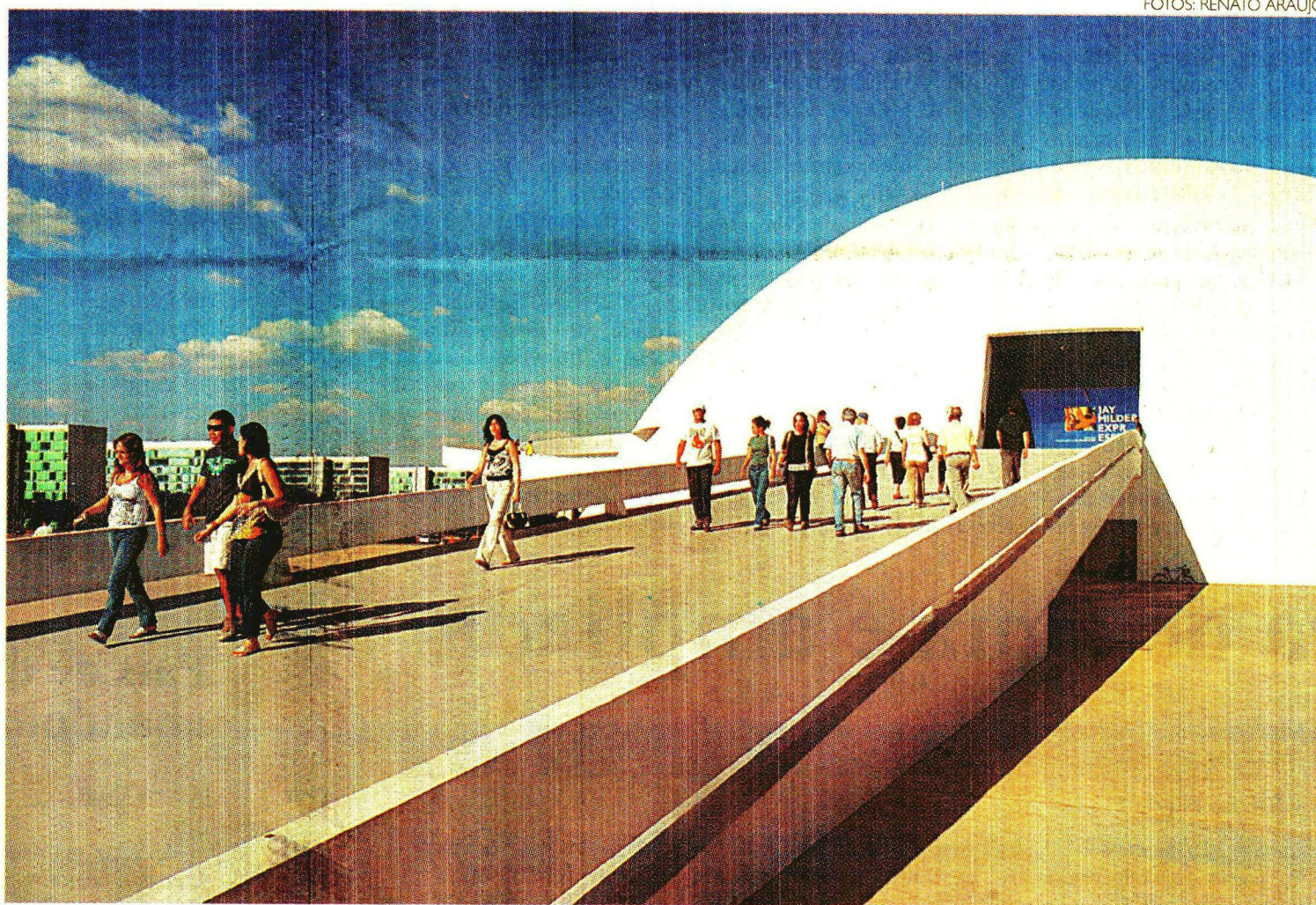
estão em desacordo com o Código de Edificações. Os banheiros também apresentam problemas, pois são inapropriados para idosos, pessoas com deficiência física e obesos.

Ainda de acordo com o laudo do Prodide, ninguém está seguro nos auditórios do museu. Os degraus oferecem risco a qualquer pessoa, não há corrimão ou saídas de emergência apropriadas e a sinalização também é inadequada.

Segundo o administrador de Brasília, Ricardo Pires, a Administração emite o alvará, mas não tem o poder de fiscalizar. Ele explica que quem esse trabalho é executado pela Subsecretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal (Sufis), que é consultada pela Administração antes que a carta de habite-se seja emitida.

"O Complexo Cultural tem o alvará de construção, mas não tem a carta de habite-se nem o alvará de funcionamento. Precisamos receber o parecer da Sufis para emitir o habite-se", diz. Pires acrescenta que o alvará deve ser solicitado pela Secretaria de Cultura após a emissão do habite-se. "O governo passado inaugurou o Complexo sem ter posse dos dois documentos".

Segundo a Assessoria de Comunicação da Subsecretaria de Fiscalização, o Museu da República precisa de reparos. O órgão solicitou e oficializou à Novacap, por meio de relatório, que as devidas providências sejam tomadas.



FOTOS: RENATO ARAÚJO

■ MUSEU TERÁ DE PASSAR POR ADAPTAÇÕES PARA PODER PERMITIR O ACESSO DOS IDOSOS E DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

■ Críticas

Para o arquiteto, urbanista e ganhador de um status no qual a única exigência a ser cumprida é a expressão livre e soberana da obra, o fato não o surpreende. "Quase sempre vontade do arquiteto", afirma. O urbanista diz que os itens em Brasília estão abertos de segurança e acessibilidade ao público sem habite-se e alvará sempre foram negligenciados. Me parece que as duas torres do Congresso

Nacional não têm escadas externas, para serem usadas em caso de incêndio. Nos ministérios, elas foram construídas quase 30 anos após inauguração da cidade", lembra. O professor diz reconhecer a colaboração de Niemeyer para o País, mas acrescenta que em termos de fun-

cionalidade seus projetos são precários: "Ele elevou o nível da nossa arquitetura, mas acho paradoxal as obras serem irretocáveis plasticamente, mas não oferecem condições tão importantes. A manutenção diária dos edifícios projetados por ele também é muito elevada."